

## **Orçamento do Estado 2023**

O Orçamento do Estado (OE) para o ano de 2023, pode configurar uma verdadeira aposta no Ensino Superior. A Federação Académica de Lisboa entende que o OE de 2022, no que concerne à sua definição de prioridades para o novo governo, estava relativamente limitado, dado o contexto governativo que passou. Assim, e num ano onde a inflação e o conseqüente aumento do custo médio de vida de estudantes e respetivos agregados familiares se configura como um desafio, importa que o OE de 2023 concretize uma verdadeira aposta e investimento no Ensino Superior.

No anterior OE, é possível destacar pontos positivos: o congelamento das propinas, em especial nos cursos de 2º e 3 ciclo, impedindo a tendência de aumento que se tem vindo a verificar; a valorização de temática da segurança nos *Campi* das Instituições de Ensino Superior ou ainda a criação do estudo para o subsídio de deslocação (que, entretanto, o RABEES já implementou). Porém, continua a haver várias lacunas, sendo o contínuo subfinanciamento desta pasta uma delas, o que leva a vários problemas, desde a falta de condições nas IES, ao aumento do abandono escolar no Ensino Superior, à falta de soluções eficazes para responder aos desafios da saúde mental que continuam a prevalecer. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em especial no que concerne ao alojamento, veio garantir a possibilidade de dobrar o número atual de camas destinado ao Ensino Superior. Porém, e como demonstrado pelo número de candidaturas, deve continuar a ser feito um esforço, no âmbito do Plano Nacional para o Alojamento Estudantil (PNAES), sem depender do PRR para continuar a trabalhar na habitação para estudantes. Como nota de alerta, veja-se a fraca

execução do PNAES anterior, bem como a própria dificuldade de execução do PRR.

Nos últimos anos assistiu-se a um aumento do número de estudantes no Ensino Superior (DGEEC, 2022), em especial nas licenciaturas, o que, segundo o entendimento da Federação Académica de Lisboa, se deveu às políticas de redução de custos da frequência do Ensino Superior, em particular na propina, sendo que esse caminho deve ser retomado, bem como a redução de outros custos inerentes ao Ensino Superior. Também o reduzido valor, por comparação com a União Europeia (UE) do investimento em ciência, em termos da despesa per capita de investigador, deve motivar uma aposta na área da Ciência e Tecnologia.

Por fim, face também ao que foi discutido e aprovado pelo Movimento Associativo, em Encontros Nacionais de Direções Associativas (ENDA) anteriores, a FAL considera pertinente a inclusão de algumas posições e medidas aprovadas, que podem ser enquadradas em sede de Orçamento do Estado, como por exemplo as seguintes moções: “Pelo Apoio Psicológico Gratuito em todas as Instituições do Ensino Superior”, “Cheque Cultural – O Futuro de uma Geração”, “Por um verdadeiro reforço da autonomia” e “ Financiamento na Investigação Científica”.

Assim, vem a Federação Académica de Lisboa propor:

1. Redução do valor máximo da Propina de 1º Ciclo, em pelo menos 20% (valor verificado na última redução) e a respetiva compensação das receitas perdidas pelas Instituições de Ensino Superior por parte do Orçamento de Estado, sem prejuízo do valor da bolsa mínima atualmente em vigor;

2. Aplicação do teto máximo da propina de 1º ciclo, para os mestrados resultantes dos mestrados desintegrados;
3. Estabelecimento de um teto máximo para as propinas de mestrado perspetivando a sua redução e mantendo congeladas as propinas inferiores a este valor;
4. Aumento das dotações das IES, à escala do valor real da inflação (6.8%, segundo os últimos dados da Comissão Europeia).
5. Que o aumento do salário mínimo nacional, bem como outros aumentos salariais previstos na Lei, não sejam contabilizados no cálculo do valor limite imposto para novas contratações às IES.
6. Eliminação das taxas e emolumentos cobrados aos estudantes, em especial os Bolseiros de Ação Social, com a respetiva compensação para as Instituições de Ensino Superior da receita perdida;
7. Reforço da dotação orçamental para a Ação Social;
8. Redefinição do conceito da Bolsa de Estudo, para que esta contemple os reais custos de frequência do Ensino Superior;
9. Reforço do apoio psicológico para todos os estudantes do Ensino Superior, nomeadamente no rácio de 1 psicólogo para 750 estudantes;
10. Aposta numa campanha de sensibilização, destinada a toda a comunidade académica, para a temática da saúde mental, bem como da sua importância;
11. Garantias de cumprimento e acompanhamento detalhado do PNAES, através de dados concretos e de fácil leitura sobre a execução trimestral do mesmo;

12. Aumento das dotações orçamentais para a Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), atingindo valores próximos da média da União Europeia;
13. A criação de um cheque cultural, destinado aos cidadãos que completem 18 anos, salvaguardando uma divisão pelos vários setores culturais/artísticos.

**Destinatários:** Ministério das Finanças, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Grupos Parlamentares.